



Ata n.º 25/2024

Reunião de Câmara Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2024

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu extraordinariamente o Executivo Camarário, com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, da Senhora Vice-Presidente, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira e dos Senhores Vereadores, João António Martins dos Santos, Ricardo Emanuel Soares Fernandes, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ana Paula Dias Neves Sançana e Alcindo José Gonçalves Quaresma. -----

Pelas nove horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos.

1- Ordem do Dia -----

1.1 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara: -----

1.1.1- O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2025. -----

Presente Informação técnica nº 21306 (MGD), anexos e respetivo relatório de movimentos. -----

O Senhor Vereador **Victor Carvalho** usou da palavra para dizer, citando, que “este é realmente um Orçamento Municipal que tem projetos extremamente importantes... que deixa até algumas linhas orientadoras para os próximos executivos e que é, certamente, o último Orçamento que aprovamos juntos...é um Orçamento de enorme complexidade, com obras que vão exigir muita dedicação, muito acompanhamento e até muita fiscalização, sendo grande parte destas obras financiadas pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e teremos prazos curtos e apertados.” Disse ainda que para além da complexidade e responsabilidade que traduz este Orçamento, há simultaneamente a responsabilidade de deixar alguma margem para quem vier a seguir e que isso aconteceu. Prosseguiu, salientando alguns aspetos positivos, que sempre defendeu, como a estabilização do acesso ao Castelo e Sra. da Piedade, a

intervenção na Fonte dos Mouros, a qualificação e expansão das Zonas Industriais do Alto Padrão e dos Matinhos e ainda o Nó dos Pegos. Referiu ainda o aumento do apoio às juntas de freguesia. No entanto, diz “nós sempre defendemos uma descida do imposto municipal sobre imóveis, e assistimos, tal como no ano passado a um ilusionismo eleitoral, sendo que o que os números nos dizem é que a cobrança fiscal subirá previsivelmente na ordem dos 400 mil euros. E lamentamos também, não ver aqui referida a alternativa de ligação a Serpins, nem a criação de um gabinete de apoio ao investidor, nem ninho de empresas”. Mais disse, “reconhecemos e apoiamos o investimento na educação, saúde e apoio social, mas nunca poderemos aprovar um orçamento que castiga fiscalmente os Lousanenses, cativando essas verbas para fazer face a prejuízos da APIN”. Terminou dizendo que “ainda assim, por entendermos e porque vemos neste orçamento que os rendimentos são importantes para o concelho e por entendermos que existem obras a serem concretizadas que poderão dar um impulso à Lousã, de que carece há anos” anunciando que o sentido de voto seria de abstenção. -----

O Senhor Vereador **Ricardo Fernandes** começou por dizer que muitas questões até já foram, e bem na sua opinião, identificadas. Disse que, citando, “realmente, este orçamento é um orçamento muito ambicioso, que acaba por cristalizar décadas de política concelhia e que, conforme foi muito bem referido, lança bases para o futuro, não só no curto prazo, mas no médio e no longo prazo. É um orçamento que, por outro lado, nos dá a todos uma enorme responsabilidade, conforme foi dito, para conseguirmos executá-lo, e aqui não é só o município, é toda a gente que é envolvida neste orçamento. É realmente um orçamento que tem impacto direto naquilo que pode ser a qualidade de vida dos Lousanenses nos próximos anos. É realmente um orçamento que, como membro deste Executivo, não posso deixar de me orgulhar, por termos conseguido, entre todos, conseguir criar condições para que ele seja hoje apresentado. Mas, conforme foi referido, é realmente um orçamento que vai envolver muito trabalho, muita seriedade e muito disciplina para que ele possa ser concretizado. Nessa matéria, também é um orçamento – não sendo crítica nenhuma àquilo que foi referido – mas é um orçamento real, na medida em que não conseguimos, obviamente, executar ou fazer transparecer neste orçamento todas as nossas ambições para o concelho, porque, obviamente, teríamos mais ambições, mas temos de ser, perdoem-me a expressão, realistas, em relação aos fundos que

temos”. Disse, “Aliás, já existem algumas situações e algumas oportunidades que, depois, poderão ter de vir a ser inscritas, futuramente, no orçamento. Em concreto, em relação, especificamente, aos pelouros, não posso deixar de referir: continua a aposta nas questões que são relacionadas com a sustentabilidade ambiental, na proteção de pessoas e bens – dando o exemplo de mais uma viatura, de bastante importância para o município. E, no âmbito da habitação, referiu os contratos com o IHRU (Instituto Habitação e Reabilitação Urbana), nos três programas, mas, nomeadamente, no HCC (Habitação a Custos Controlados), prevendo-se que, nos próximos tempos, possamos ter outro contrato para acrescentar a este processo. Idealmente, é um orçamento que virá para o futuro, mas que nos dá a todos uma enorme responsabilidade. Terminou dizendo que, compreendendo perfeitamente a opção política, é muito difícil, aliás, quase uma impossibilidade, usando a expressão, “fazer omeletes sem ovos” (referindo-se à cobrança de impostos). E, portanto, tudo o que está aqui apresentado é para bem dos Lousanenses e para o futuro da Lousã e, realmente, carece de contributo de todos. E, nesse contexto, acha que, seriamente, conseguimos não cair no âmbito da redução dos impostos, e conseguimos ir, àquilo que é necessário, para executar seriamente este orçamento”.

A Senhora **Vice-Presidente** disse que este é um orçamento digno do crédito de todos, pois, devido à sua complexidade, foi um orçamento difícil. Não sendo o que cada um individualmente desejaria, pois todos quereriam mais, foi o resultado de um exercício rigoroso de perceber e definir prioridades. Continuou dizendo que é um orçamento que reflete de forma realista o presente e se projeta no futuro, de forma a assegurar um caminho ousado, mas consolidado. Acrescentou que será exigente para todos. Disse ainda que, nas áreas que lhe diziam respeito, não podia deixar de salientar o que tem sido um esforço desta autarquia na captação de fundos comunitários e o que são os enormes investimentos na educação, na intervenção social, cultura e saúde, numa série de projetos que estão lançados no terreno ou em preparação. Salientou, ainda, todo o investimento que tem sido feito ao longo destes anos, através de receitas próprias, nas respostas e apoios às famílias, nomeadamente na escola a tempo inteiro, e em projetos que acompanham as diferentes fases da vida, do nascimento ao envelhecimento, e todos os apoios a famílias e pessoas em vulnerabilidade. Na cultura, referiu a importância do

investimento que está a ser feito, reforçando que a cultura, bem como o turismo, são áreas estruturantes, fatores de coesão social e alavancas de desenvolvimento. Terminou dizendo “é assim que eu vejo o retorno dos impostos, que devem ser muito bem contabilizados no tipo de respostas para cada Lousanense, que está certamente muito acima do que seria uma proposta de redução impostos, e que é isso que, enquanto cidadã que também paga impostos, quer ver no retorno dos seus impostos”.-----

O Senhor Vereador **João Santos** começou por dizer que o orçamento foi feito com consideração, com resiliência, com ambição, com responsabilidade, e tentando atingir aquele que será um dos maiores objetivos de qualquer exercício de cidadania, que é garantir o futuro, e garantir a qualidade desse futuro. Referiu ainda, “portanto, eu entendo que este documento, no cenário de hoje, com as questões que foram referidas, nomeadamente o contexto europeu, é bastante ambicioso e responde às necessidades dos Lousanenses”. Para se referir à área da juventude, disse que este documento cumpre com a lei, após ter sido submetido à apreciação do Conselho Municipal da Juventude. Terminou dizendo que este documento cumpre o principal objetivo dos executivos, que é conseguir, de forma sustentável, a qualidade do futuro, e garantir que quem vem a seguir, possa dar continuidade a esse trabalho e que é um modelo estrutural.-----

O Senhor **Presidente** iniciou a sua intervenção dizendo, “sobre os impostos, percebendo as questões todas, é importante termos em conta o seguinte, sem prejuízo e sem menosprezar outras análises, outras perspetivas, e, aliás, indo ao encontro daquilo que tem dito, todos nós somos contribuintes, eu também sou, e todos nós apreciamos pagar menos impostos. No entanto, conforme foi referido por todos, nomeadamente pelo Sr. Vereador Victor Carvalho, é um orçamento robusto, é um orçamento que concretiza e lança obras e projetos importantes para o Concelho, acho que é essa a principal perspetiva que devemos ter, independentemente dos ciclos políticos e das questões secundárias, lança obras e concretiza obras importantes para os Lousanenses e para o Concelho.” Continuou, “mas é um orçamento exigente, não só pela dimensão financeira, não só pela exigência em termos dos prazos relativamente à concretização de projetos financiados por fundos comunitários e em particular pelo PRR, mas também porque conjuga essa exigência da concretização de projetos e obras financiados pelo PRR

com um contexto instável e imprevisível, onde temos dois elementos que importa ter em consideração e que eu já referi anteriormente, que são os custos de funcionamento da estrutura, onde de facto é preciso ter particular atenção ao aumento do investimento nas pessoas, o custo com recursos humanos, e neste momento o diferencial existente no que diz respeito à descentralização de competências em particular na educação e também é preciso ter em conta que no PRR, apesar do financiamento ser a 100%, naqueles que estão aprovados, há a questão do IVA e há a questão de a entidade, dona da obra, executora dos projetos, ter de ter a capacidade de pagar para depois vir a ser reembolsada. E, portanto, há que ter em conta estas várias vertentes relativamente à gestão para que se consiga conjugar essa resposta conjuntural com a concretização de objetivos estruturais e garantindo o equilíbrio financeiro da autarquia”. Referiu ainda, quanto à perspectiva de aumento de receitas por via dos impostos, que se deve à derrama, dizendo que todos, nesta mesa desejamos que cresça e este é bom sinal, desde logo para as empresas. Felizmente, daquilo que vou percebendo, os dados deste ano, apesar do primeiro semestre ter sido menos bom, esta fase permite dizer que poderemos estar em linha com o ano 2023, dizendo que nos restantes impostos a cobrança tem estado mais ou menos em linha e não tem havido grande flutuação na receita. Prosseguiu, dizendo que relativamente ao IMI, com a descida que foi aprovada em 2023 e que tem efeito este ano, o valor que o Município abdicou em 2024 em favor dos contribuintes proprietários é cerca de 440 mil euros. Se olharmos àquilo que é a possibilidade de fixação de 0,45 – que a Câmara não tem, que é a taxa máxima – agora o valor que temos é de 0,39. Portanto, há uma abdicção de receita de 440 mil euros ano. No que diz respeito ao IRS, disse que em 2016 o Município decidiu passar de 5 para 4%, com efeitos a 2017. E nestes oito anos, de 2017 a 2024, com esta descida de 5 para 4%, o Município abdicou um pouco mais de 1 milhão e 20 mil euros, em oito anos, de receita também em favor das famílias. Em 2025, a perspectiva de abdicção de receita em favor das famílias, relativamente aos dados que existem, é de cerca de 175 mil euros num único ano, no âmbito do IRS. Disse que este valor se deve, essencialmente, em função do crescimento dos rendimentos. Não obstante a discussão no ponto respetivo, ainda sobre este assunto, disse que muitos municípios que têm taxas de IMI um pouco mais baixas, têm também o IRS nos 5%, e, portanto, há que eventualmente ver a política fiscal no seu todo, no conjunto,

independentemente de cada um ter a sua opinião, mas acho que deverá ser tida em conta esta perspetiva integrada do conjunto das taxas que aplicamos. Também dizer que vários dos municípios que têm IMI um pouco mais baixo que o nosso, também têm as derramas nas taxas máximas, lembrando que o município não tem a taxa máxima, que é de 1.5 e nós aplicamos 1.3”. Avançando, disse, “mas, sim, é exigente, conforme dizem, apresenta alguma complexidade desde logo na execução, até porque, como já falámos anteriormente, há muitos fatores que não controlamos. E aqui, acho que, para além das questões burocráticas, administrativas, financeiras, há as questões do mercado, na concretização, especialmente, das obras. E, para além daquilo que foi referido, permito-me salientar que, no âmbito do Portugal 2030, há várias questões que estão previstas, que estão abertas só à rubrica, mas o objetivo também é avançar, nomeadamente, como passámos anteriormente, em termos de posicionamento e de candidatura”. Prosseguiu, enunciando alguns dos projetos previstos no Orçamento, nomeadamente, no âmbito da educação, como a intenção de modernização da biblioteca municipal. Disse que, relativamente à ligação a Góis, se optou por mencionar apenas a Alternativa à Nacional 17, dizendo que tem havido essas conversações, dizendo que “a perspetiva que o Governo deu não foi a desejada, mas continuamos a batalhar e, portanto, a referência que ficou foi esta de Alternativa Nacional 17, com esta perspetiva de poder ser por aquela via ou, eventualmente, no reaproveitamento ou na recuperação da 342.” Quanto à questão colocada sobre o Gabinete de Apoio ao Investidor referiu que já existe e que a Autarquia tem um serviço de apoio e de referencial e de interação e de interligação com os restantes serviços do município e com o tecido empresarial e com a própria associação empresarial. Por fim, referiu-se à distribuição percentual pelos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), onde, de facto, se verifica o investimento nas pessoas, ainda que, com grande expressão, a educação e a própria questão da competitividade e desenvolvimento económico – também, com o crescimento e questões da resiliência das cidades mais inclusivas em termos daquilo que é o cumprimento ou o contributo para a concretização dos ODS – que, de facto, tem um grande peso, a saúde, nomeadamente, através da construção deste novo edifício.- -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três abstenções do PSD, deliberou, relativamente ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano para

o ano de 2025 (com um valor global de 46.707.870,00€), aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a quem compete a sua aprovação: *a proposta de Demonstrações Previsionais para o ano de 2025; a proposta de Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais; e a proposta de Atualização das Tabelas de Taxas e Preços Municipais*. As deliberações foram aprovadas em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 1 (um)). -----

1.1.2- O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2025. -----

Presente Informação técnica n.º 21250 (MGD), anexos e respetivo relatório de movimentos. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três abstenções do PSD, deliberou aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a quem compete a sua aprovação, a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2025. As deliberações foram aprovadas em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 2 (dois)). -----

1.1.3- O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da orçamentação das despesas com pessoal para o ano de 2025. -----

Presente Informação técnica n.º 21284 (MGD), Proposta do Presidente da Câmara e respetivo relatório de movimentos. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria, com três abstenções do PSD, e em minuta, deliberou aprovar a orçamentação das despesas com pessoal para o ano de 2025. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 3 (três)). -----

1.1.4- O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para o ano de 2025. -----

Presente Informação técnica n.º 21304 (MGD), Proposta do Presidente da Câmara e respetivo relatório de movimentos. -----

O Senhor Vereador **Victor Carvalho** interveio para dizer, citando, que “como temos falado nos últimos anos, sei que também teria vontade e temos noção de que esta verba faz falta para o orçamento dos projetos, mas na nossa opinião, esta redução

da taxa é insuficiente”. Disse ainda que este “é um compromisso assinalado com a população”, para justificar o sentido de voto (contra). -----

O Senhor **Presidente** usou da palavra, dizendo que “propor uma redução, para a taxa mínima, com o contexto e as características que têm um Município como da Lousã, assegurando investimento – para além do investimento estrutural e estratégico associado a obras – o investimento nas pessoas, nos programas que existem e que já foram aqui referidos, não é compatível com o equilíbrio da autarquia”. Disse ainda que esse exercício de análise e ponderação tem estado a ser feito, considerando que só seria viável num contexto de política fiscal integrada, em análise com os restantes impostos. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três votos contra do PSD, deliberou aprovar a proposta de fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para o ano de 2025, nos seguintes moldes: *0,80% a aplicar aos prédios rústicos; 0,39% a aplicar aos prédios urbanos; majoração para o triplo da taxa, no caso de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, como tal definidos em diploma próprio; majoração para o triplo da taxa, no caso de prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas; majoração de 30% da taxa, no caso de prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a quem compete a sua aprovação. Mais deliberou o reconhecimento da redução de IMI prevista no artigo 112º-A do Código do IMI, que se aplica ao prédio ou fração destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar.* As deliberações foram aprovadas em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 4 (quatro)). -----

1.1.5- O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da participação variável no IRS para o ano de 2025. -----

Presente Informação técnica nº 21249 (MGD), Proposta do Presidente da Câmara e respetivo relatório de movimentos. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três votos contra do PSD, deliberou aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a quem compete a sua aprovação, a proposta de participação variável no IRS *de 4,00% relativamente aos rendimentos de 2025 (que será a receita do Município em 2026), sendo assim 1,00% desta participação considerada como dedução à coleta, a favor do sujeito passivo, com domicílio fiscal no Concelho da Lousã.* As deliberações foram aprovadas em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 5 (cinco)). -----

1.1.6- O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação do lançamento das taxas de derrama para o ano de 2025. -----

Presente Informação técnica nº 21285 (MGD), Proposta do Presidente da Câmara e respetivo relatório de movimentos. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três votos contra do PSD, deliberou aprovar a proposta do lançamento de uma taxa de derrama geral de *1,30% a aplicar ao lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), gerado na área geográfica da circunscrição territorial dos mesmos, para o período de tributação de 2024 (receita municipal em 2025)* e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a quem compete a sua aprovação. Mais deliberou *o reconhecimento da isenção de derrama para as sociedades comerciais já sediadas ou que por criação ou transferência da respetiva sede social se instalem no Concelho, com volume de negócios igual ou inferior a 150.000,00 €.* As deliberações foram aprovadas em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 6 (seis)). -----

1.1.7- O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2025. -----

Presente Informação técnica nº 21240 (MGD), Proposta do Presidente da Câmara e respetivo relatório de movimentos. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a quem compete a sua aprovação, a proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem, para o

ano de 2025, em 0,25%. As deliberações foram aprovadas em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 7 (sete)). -----

1.1.8- O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a composição do júri do procedimento concursal para recrutamento de dirigente de 3º grau – Chefe de Unidade – para a Unidade Administrativa da Divisão de Administração e Finanças. –

Presente Proposta do Presidente da Câmara. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três abstenções do PSD, deliberou – no seguimento da autorização de abertura do procedimento concursal para recrutamento de dirigente de 3º grau – Chefe de Unidade – para a Unidade Administrativa da Divisão de Administração e Finanças, deliberado em 18.11.2024 – aprovar a designação e composição do respetivo júri, nos termos propostos, e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a quem compete a sua aprovação, para ratificação. As deliberações foram aprovadas em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 8 (oito)). -----

1.1.9- O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a composição do júri do procedimento concursal para recrutamento de cargo de direção intermédia de 2º grau – Chefe de Divisão – para a Divisão de Planeamento Urbanístico e Regeneração Urbana. -----

Presente Proposta do Presidente da Câmara. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três abstenções do PSD, deliberou – no seguimento da autorização de abertura do procedimento concursal para recrutamento de cargo de direção intermédia de 2º grau – Chefe de Divisão – para a Divisão de Planeamento Urbanístico e Regeneração Urbana, deliberado em 18.11.2024 – aprovar a designação e composição do respetivo júri, nos termos propostos, e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a quem compete a sua aprovação, para ratificação. As deliberações foram aprovadas em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 9 (nove)). -----

1.2 – Divisão de Obras Municipais e Ambiente: -----

1.2.1- Empreitada nº 18/2019 – Requalificação do Cine-Teatro da Lousã – Revisão Ordinária/Definitiva de Preços para a empreitada de obras públicas. -----

Presente Informação técnica nº 20258 (MGD), anexos e respetivo relatório de movimentos. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com três abstenções do PSD, deliberou aprovar a Revisão Ordinária/Definitiva de Preços da empreitada de obras públicas nº 18/2019 – Requalificação do Cine-Teatro da Lousã, nos termos da informação, *no valor de 260.619,50 € (duzentos e sessenta mil, seiscentos e dezanove euros e cinquenta cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal aplicável de 6%, no montante de 15.637,17 €, o que totaliza o valor de 276.256,67 € (duzentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos).* Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 10 (dez)). -----

Aprovação da Ata em Minuta: -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta o texto das deliberações. -----

Nada mais havendo a tratar, pelas dez horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Miguel Correia Antunes, e por Margarida Fontes Correia, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,

